



CONSELHO REGIONAL  
DE ODONTOLOGIA  
DE SERGIPE



## PARECER JURÍDICO Nº 00086/2024

- **PARECER PARA FINS:** *Análise para contratação de serviço via Dispensa de Licitação*
- **PROCESSO DE ORIGEM:** *Dispensa de Licitação 39/2024*
- **OBJETO:** *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE CRIAÇÃO DE ARTE, IMPRESSÃO E VEICULAÇÃO DE "OUTDOOR" E "BUSDOOR", DESTINADOS AS DIVULGAÇÕES DAS CAMPANHAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SERGIPE – CRO/SE.*
- **BASE LEGAL DA DESPESA:** *ART. 75, INCISO – II, DA LEI Nº 14.133/2021*
- **BASE LEGAL DESTE PARECER JURÍDICO:** *ART. 72, INCISO – III, DA LEI Nº 14.133/2021.*

### 1 – RELATÓRIO:

Foi solicitado a esta PROJUR parecer jurídico em procedimento que se enquadre como DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.**

No caso em comento, foi solicitada a Contratação de empresa para executar o objeto mencionado no escopo deste PARECER.

É o sucinto relatório.

### 2 – FUNDAMENTAÇÃO:

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público.

No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

Página 1 de 5

Rua Vila Cristina, 589 – São José  
Cep 49015-000 - Aracaju/SE  
Fone: (79) 3214-3404  
E-mails: [crose@crose.org.br](mailto:crose@crose.org.br)  
Site: [www.crose.org.br](http://www.crose.org.br)

*Carla Sora de A. Amaral*  
CRO/SE - 10.000  
Jurista



CONSELHO REGIONAL  
DE ODONTOLOGIA  
DE SERGIPE



Verifica-se que o presente procedimento se enquadra no **art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021**, que dispõe sobre hipótese de dispensa de licitação.

Feitas estas primeiras considerações, necessário trazermos à baila o disposto no Parágrafo único do artigo 19, inciso IV, da nova Lei de Licitações:

Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

I - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;

II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

III - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo;

**IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;**

Da simples leitura do referido dispositivo legal, conclui-se que a obrigatoriedade de parecer da assessoria jurídica da Administração é para o exame e aprovação prévia das minutas de editais, termo de referência e demais documentos.

Ainda que se enquadrando no **art. 75, II, da Lei 14.133/21**, o procedimento deverá ser formalizado, contendo, no mínimo (**ART. 72 da mencionada Lei**):

Art. 72. **O processo de contratação direta**, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

Página 2 de 5

*Carla S. S. Guimarães*  
CROSE Nº 10.000  
Jurídica





CONSELHO REGIONAL  
DE ODONTOLOGIA  
DE SERGIPE



II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Por último, evidencia-se que na aferição do presente procedimento, os documentos apresentados foram considerados sob seus aspectos da veracidade ideológica presumida.

Neste passo, convém chamar a atenção para a possibilidade de aplicação de sanções de natureza política, administrativa, civil, pecuniária e penal, em caso de malversação de verba pública, decorrentes de improbidade administrativa, a partir da Lei nº 8.429/92, com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, complementada pela Lei nº 10.028/2000, que criou novos tipos penais (crimes contra as finanças públicas), de modo a tornar mais efetivos os princípios constitucionais de Administração Pública (art. 37/CF).

Destaca-se, finalmente, que as conclusões registradas no presente parecer não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo seu conteúdo, e por constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como inspeções, denúncias ou tomada de contas.

É importante registrar que o Setor competente deste CRO/SE tentou realizar a contratação via DISPENSA ELETRÔNICA, notadamente, através do processo de contratação – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 38/2024, contudo, esse restou como FRACASSADO.

### 3 – CONTEÚDO DO PROCESSO:

É importante registrar que o presente processo está dotado dos seguintes elementos:

Página 3 de 5

Rua Vila Cristina, 589 – São José  
Cep 49015-000 - Aracaju/SE  
Fone: (79) 3214-3404  
E-mails: [crose@crose.org.br](mailto:crose@crose.org.br)  
Site: [www.crose.org.br](http://www.crose.org.br)

*Cláudio S. de Almeida*  
10/06/2024



ART. 72, DA LEI 14.133/2021	SÍNTESE	DETALHAMENTO
ART. 72, INCISO – I	DFD	O DEMANDANTE APRESENTOU O DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – <b>DFD</b> .
ART. 72, INCISO - II	ESTIMATIVA DA DESPESA	DEVIDAMENTE DETALHADO NOS ITENS 1 E 2 DO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – <b>DFD</b>
ART. 72, INCISO – III	PARECER JURÍDICO	ESTÁ SENDO PRODUZIDO PELO SIGNATÁRIO DESTES PARECER.
ART. 72, INCISO – IV	DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	CONSTA NOS AUTOS A AFIRMAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.
ART. 72, INCISO – V	REQUISITOS DE HABILITAÇÃO	A EMPRESA <b>MEGAMÍDIA BUSDOOR E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA – ME – CNPJ 18.975.648/0001-49</b> POSSUI OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMOS NECESSÁRIOS, CONFORME DOCUMENTOS APENSADOS NA DFD.
ART. 72, INCISO – VI	RAZÃO DA ESCOLHA DA EMPRESA	A ESCOLHA DA EMPRESA <b>MEGAMÍDIA BUSDOOR E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA – ME – CNPJ 18.975.648/0001-49</b> FOI DIRETA, DEVENDO SER SALIENTADO QUE INICIALMENTE O CRO/SE TENTOU FIRMAR A CONTRATAÇÃO VIA <b>DISPENSA ELETRÔNICA Nº 38/2024</b> , NO ENTANTO, RESTOU COMO <b>FRACASSADO</b> , CONFORME DEMONSTRADO NO <b>ITEM – 1 DO DFD</b> .  ALÉM DISSO, A EMPRESA <b>MEGAMÍDIA BUSDOOR E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA – ME – CNPJ 18.975.648/0001-49</b> OFERTOU PROPOSTA DE PREÇO VANTAJOSA, OU SEJA, O VALOR OFERTADO PELA REFERIDA EMPRESA É O VALOR MÁXIMO PREVISTO NA <b>DISPENSA ELETRÔNICA Nº 38/2024</b> .
ART. 72, INCISO – VII	JUSTIFICATIVA DO PREÇO	ITENS 1 E 2 DO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – <b>DFD</b>
ART. 72, INCISO – VIII	AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE	APÓS EMISSÃO DO PRESENTE PARECER, FICARÁ SOB A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA AUTORIDADE COMPETENTE.
---	---	DESPACHO DA PRESIDÊNCIA ENCAMINHANDO OS AUTOS PARA ANÁLISES DESTA PROCURADORIA

#### 4 – CONCLUSÃO:

Assim, esta especializada informa que não vislumbra óbice a CONTRATAÇÃO DIRETA aqui apresentada, visto que inicialmente houve a cabal tentativa de firmar o pacto via **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 38/2024**, contudo, o processo restou **FRACASSADO**, conforme amplo demonstrativo constante nos TÓPICOS 1 e 2 da inicial (DFD).



CONSELHO REGIONAL  
DE ODONTOLOGIA  
DE SERGIPE



Diante do exposto, considerando o atendimento às exigências legais, concluímos pela possibilidade da contratação direta através de dispensa de licitação, com fundamento **no art. 75, II, da Lei 14.133/2021**.

É o parecer, sub censura.

ARACAJU/SE, 10.10.2024.

*Gladson Silva Guimarães*  
**GLADSON SILVA GUIMARÃES**  
**ASSESSOR JURÍDICO DO CRO/SE**